

Machado de Assis e a nova geração brasileira de 1870: disputas em torno da recepção crítica do moderno.

Silva y Daniel Pinha.

Cita:

Silva y Daniel Pinha (2013). *Machado de Assis e a nova geração brasileira de 1870: disputas em torno da recepção crítica do moderno. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/522>

MACHADO DE ASSIS E A NOVA GERAÇÃO BRASILEIRA DE 1870: DISPUTAS EM TORNO DA RECEPÇÃO CRÍTICA DO MODERNO

Por Daniel Pinha Silva, Professor do Departamento de História da PUC-Rio.

danielpinha@puc-rio.br

1. Ideias novas e crítica moderna

A década de 1870 foi um momento de efervescência do discurso de modernidade no contexto intelectual brasileiro. Silvio Romero¹, expoente do grupo que ficou conhecido no Brasil como Geração de 70, afirmou: “um bando de ideias novas invadia as letras brasileiras daqueles anos”, sintoma de uma crise que envolvia princípios políticos² e intelectuais. Era o momento de questionar a vitalidade dos pressupostos românticos, tidos como passado a ser superado, em nome da afirmação de um novo presente, atualizado em relação ao repertório intelectual europeu. Na passagem abaixo Romero consagra o sentido de ruptura moderna requisitado pela Geração de 1870.

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo, a filosofia espiritualista a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo a mais individual oposição, o romantismo com seus dons enganosos e encantadores cismares a mais apagada desavença... De repente um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofrimento do Império aparece com toda a sua nitidez. *Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçava sobre nós de todos os pontos de horizonte.* [Grifo Meu] (Romero, Apud. Schwartz, 1993: 27)

Há aqui manifestado desejo de rompimento com o passado romântico e imperial, em todos os aspectos possíveis. Política e letras aparecem de maneira inseparável, isto é, o Romantismo representa a base mental das instituições monárquicas que, ao critério de

1 Sobre a obra de Silvio Romero, ver: ROMERO, Silvio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988; SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, hermenêuta do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005; TURIN, Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista” In *História da Historiografia*, número 02, março de 2009.

2 Sobre a crise política do Império do Brasil, ver: MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994 e SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Topbooks, Rio de Janeiro, 1996.

Romero, começa a arrefecer junto com o próprio regime. O “bando de ideias novas” pairava sobre todos os lugares, abarcando o questionamento da filosofia eclética e religiosa dos românticos, pautada agora nos princípios do materialismo positivista e nos novos parâmetros cientificistas. À nova geração importava, sobretudo, 1) definir que *status quo* político e mental deveria ser superado, realizando, para isso, um diagnóstico da condição brasileira até então; 2) decidir sobre o modo de apropriação do repertório científico europeu (tido como moderno) no debate brasileiro, inserindo as experiências humanas na nova ordem do mundo, pautada nas classificações das ciências da natureza. Caberia ao grupo da Faculdade de Direito do Recife ou de São Paulo, ou aos publicistas republicanos da Corte – que se autoproclamavam membros da nova geração – promover um novo corte temporal, moderno, lido à luz dos vários “ísmos” disponíveis no repertório científico europeu, tais como o determinismo, materialismo, darwinismo, positivismo e spenciariasm³. Ou seja, a condição de afirmação do novo é a recepção adequada desse repertório, mas não somente isso: caberia aos homens de letras a inserção do pensamento brasileiro no movimento maior da Civilização, isto é, no processo maior de desenvolvimento das ideias do Ocidente. Aos letrados de sua época, segundo Romero, caberia empreender um esforço de atualização, ante a um processo que lhe era anterior e superior.

No livro *História da Literatura Brasileira*, publicado primeiramente em 1888, Silvio Romero reúne de maneira sistematizada suas reflexões sobre o sentido do moderno nas letras brasileiras. A reflexão sobre a literatura – o conceito de literatura é

3 Angela Alonso (2002) destaca o que há de brasileiro na leitura empreendida das novidades tidas como modernas no Ocidente Europeu daquele contexto. Ela enfatiza a capacidade do contexto local proceder a uma decisão seletiva em relação às novas teorias, ressignificadas em acordo com as exigências políticas locais. “Qual fator determinou o sucesso de certas teorias e não de outras?” (Alonso, 2002: 34), indaga a autora, ressaltando que o bando de ideias novas se constitui, inseparavelmente, com um pé lá e outro cá. Há, portanto, aliado ao desejo de ruptura moderna, um sentimento, comum aos integrantes da nova geração, de que as mudanças se operam com base no novo repertório europeu e em adequação à agenda político-social brasileira. A esse respeito, ver ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002. Maria Teresa Chaves de Mello (2007) acrescenta um ponto importante nesse sentido: a afirmação do novo nos anos 1870 não decorre somente da interface Brasil/Europa, mas também por uma “rearrumação” em relação ao que já estava posto pela tradição liberal romântica. Para Mello a ser desdobrado aqui: a renovação simbólica não se constituiu a partir de um vazio, mas sim por uma rearrumação, ou seja, o empenho por afirmar uma ruptura radical parecia ser em vão. Por mais que pretendesse refundar o pensamento brasileiro – incluindo a literatura, entendida de maneira ampliada – em referências completamente novas, em função da recepção de um novo paradigma científico europeu com reivindicação inovadora e moderna, a nova geração não conseguiria reescrever as letras brasileiras a partir de um vazio. Assim, partimos aqui do pressuposto de que funcionava na década de 1870 a sobreposição dos princípios modernos próprios, não só à intitulada nova geração, mas às prerrogativas das outras gerações que lhes antecederam. A esse respeito, ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

entendido aqui de maneira ampla, para além de um estatuto ficcional, como conjunto das manifestações da inteligência de um povo – poderia servir como um instrumento não apenas para pensar a inserção do Brasil no processo histórico da Civilização, *mas também para atualizar* o pensamento brasileiro em relação ao conjunto de novidades modernas. Nas palavras de Romero:

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, *tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente*. Essa adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende-se a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. *Da imitação, tumultuária do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia*. A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos. (Romero, 1902: 10)

A abertura ao influxo externo de ideias europeias aparece aqui como uma espécie vocação brasileira. A história do pensamento brasileiro é a história da adaptação das ideias europeias em solo americano – confirmando, como veremos adiante, a posição de Machado de Assis de que “o influxo externo é que determina a direção do movimento”. O que Romero exige do pensador brasileiro é a capacidade de filtrar da doutrina europeia o que deve sobreviver no espaço nacional, comparando tal escolha ao princípio de seleção natural das espécies de Darwin: Romero requisita do pensador brasileiro um procedimento de seleção, daquilo que deve sobreviver em terras americanas ou não. Visto por este lado, é central a vocação brasileira de aquisição e recepção das ideias civilizadas. Por outro lado, é a mesma “darwinização da crítica” que indica a diferença qualitativa de sua leitura, impregnada pelo novo: o inevitável diálogo com o método moderno, próprio à geração a que ele pertence, é “uma realidade tão grande quanto é a da biologia”, tal qual impulsos naturais impostos ao homem. Trata-se de uma decisão sobre o qual o homem de letras não consegue reagir, pois a incorporação da crítica moderna é um caminho sem volta.

No parágrafo imediatamente anterior ao citado acima, é possível avançar na proposição romeriana:

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país. [Grifo meu] (Idem, 10)

Não por acaso, intitula-se “Teorias da história do Brasil” o capítulo de onde foram retirados os dois fragmentos mencionados acima, acentuando que a preocupação de Silvio Romero era reunir e sistematizar uma história literária, mas, mais do que isso, ele visava elucubrar sobre uma teoria da história literária no Brasil, e do pensamento brasileiro como um todo. A ambiguidade brasileira está claramente explícita: qualquer problema histórico e literário no Brasil tem duas faces, uma geral – a do processo histórico universal capitaneado pelo momento europeu – e outra particular – conformada pela situação nacional. A particularidade da nação brasileira estaria sempre pautada pelo confronto com uma universalidade. O novo repertório garante a passagem do “servilismo mental” a “seleção literária e científica”. Se na época colonial predominava o espírito de imitação servil ao elemento português, o salto do presente histórico da década da 1870 é a transformação da imitação servil em imitação selecionada. A vantagem que permite o salto ante aos antepassados é a existência do novo repertório, ainda que ao contexto intelectual brasileiro caiba impor a seleção do que deve sobreviver no novo ambiente.

No capítulo sobre “A filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro” vemos esse princípio ser ampliado em nome da afirmação de uma concepção de história.

As ações humanas são regidas por um complexo de leis que inconscientemente para nós atiram-nos no caminho da vida como uns quase atores. Mas a história, que não é uma cadeia de fatos sempre novos e desarmônicos com seus antecedentes, como já se pretendeu, será certo que se repita? Os dados estatísticos não podem chegar até aí; a marcha da história é evolucional, e tanto basta para que não haja repetição, como não existe disparatada incoerência. (Idem, 29)

A história é compreendida como marcha progressiva, nulificando a possibilidade de repetição dos fatos passados. Se a trajetória ascende em linha reta, o futuro superior é sempre diferente do presente e do passado. Na passagem acima, depreendemos um traço intenso também presente em *A literatura e a crítica moderna*, seu livro de 1880⁴: a

4 Para Antonio Candido (1988), toda a primeira fase da obra de Silvio Romero, situada basicamente na década de 1870, é dedicada ao movimento contra o Romantismo e uma proposição crítica em bases modernas para a literatura brasileira – cujos fundamentos seriam as ideias de raça, meio e evolução histórica. Na leitura de Candido, no argumento romeriano, um estaria em função do outro, isto é, para a proposição das bases modernas, seria necessário explodir os pressupostos teóricos românticos. Em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, livro de Silvio Romero publicado em 1880, esse ponto fica bastante claro, nas palavras de Romero: “Ela [a crítica moderna] aqui não deve limitar-se ao empenho de mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar; deve, antes de tudo, desobstruir o terreno, juncado de

força das leis, do princípio ordenador, supera o caos de acontecimentos históricos sobre o qual o historiador se debruça. A força das leis é tão grande que ele chega a afirmar: “as ações humanas são regidas” por elas, pelas leis. Desse modo, configura-se como objetivo central ao texto de Silvio Romero realizar a busca desse sentido explicativo, dessa lei que está por trás de todos os acontecimentos do passado, para, em seguida, vê-la em funcionamento nas diferentes etapas da história literária brasileira.

É em busca desse sentido explicativo que Romero delimita os fatores da literatura brasileira, título de um importante capítulo de sua *História*.

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns dos representantes do africanismo entre nós, a dos negros em um Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextitária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.

Tudo quanto há contribuído para a *diferenciação nacional* deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este *critério novo*. [Grifo meu] (Idem, 4)

Para Silvio Romero, o brasileiro é resultado da mistura das três raças que carregam em si, cada qual, uma herança biológica imanente. Os outros fatores da definição do nacional seriam o meio físico e o contato com povos do exterior. A constituição do nacional passaria, necessariamente, pelo que o autor define por mestiçagem, do sangue ou das ideias. O sentido dessa mestiçagem consistiria na apreensão de que a soma das diversidades raciais, aliada às condições do ambiente natural local, resultaria no surgimento de um elemento distinto e uno, o brasileiro. Em outras palavras, o nacional, o brasileiro, seria produto homogêneo e íntegro da soma dessas diferenças, capazes de distinguir um novo caráter.

Para Romero, o destino da mestiçagem definidora do caráter brasileiro mestiço é um só: o fim. A soma dessas diferenças que constituem o brasileiro terá no futuro uma dissolução e, em seu lugar, haverá o domínio da raça que Romero considera superior, a branca. A teoria do branqueamento romeriana indica a relevância da ideia de progresso contida na sua concepção de história. Estes são pontos especialmente desenvolvidos no

velhos preconceitos e falsidades; deve alçar o látigo destruidor e desfazer as legendas, para afirmar a luz.” ROMERO, Silvio. “Introdução de A literatura brasileira e a crítica moderna.” In CANDIDO, *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 3

capítulo VI, do livro primeiro da *História da Literatura Brasileira*, intitulado “Raças que constituíram o povo brasileiro – o mestiço”:

O lugar de honra deve ser dado ao português; porque ele, sem ser o único, é o principal agente de nossa cultura. (Idem, 57) (...)

As raças americanas são um produto do meio americano (Idem, 61) (...)

O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. (Idem, 74)

O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico de africanos e com a imigração europeia, que promete continuar [Grifo Meu] (Idem, 76)

As diferenças entre os povos eram vistas por meio de uma escala de valores bem definida, a partir do binômio inferioridade/superioridade. Os brancos possuíam uma marcante herança de seus ancestrais que, por terem tomado posse do território mais privilegiado em termos de meios naturais, tornaram-se a raça mais avalizada para disseminar sua superioridade nos quatro cantos do mundo. Nesta linha de raciocínio, o português representaria a herança branca na formação do brasileiro, por isso o seu lugar de destaque. No futuro – concebido aqui como progresso, uma espécie de “progresso das raças”, termo não utilizado, mas plenamente adequado a Romero – a tendência era o desaparecimento de raças consideradas inferiores, como o negro e, principalmente o índio, prevalecendo, pela seleção natural, apenas o branco, raça mais forte e capaz de lidar com as adversidades do clima e do solo brasileiro. Dito de outro modo, o principal sinal da evolução do brasileiro seria o apagamento de toda e qualquer heterogeneidade em sua formação, com a consolidação do branco, puro e homogêneo. Na constituição do *brasileiro* vemos o funcionamento pleno do molde civilizatório: não há, meramente, a tensão por meio do contato entre uma nova cultura, formada a partir do contato com outras; o contato define uma hierarquia, uma escala de valores negativos e positivos, cuja tendência é que o tempo e o processo civilizador dessem conta, progressivamente, do apagamento das diferenças, prevalecendo os tipos superiores. O que Romero não responde é se a homogeneização das diferenças conduziria a uma igualdade plena entre América e Europa no futuro; algo que, no limite, fá-lo-ia pensar em uma estagnação europeia, em face de uma evolução americana. Pouco provável: a relação assimétrica compõe o status civilizatório, de modo que os dois polos em oposição tendam a crescer sem nunca se encontrar, ou seja, a condição brasileira de *filho da civilização* nunca se rompa.

É como se a experiência histórica brasileira estivesse em choque com a Civilização, com a reconhecida vitória da segunda, pois é o contato com ela e com o novo repertório moderno, que fornece a chave teórica para a compreensão do nacional, cabendo à crítica comprová-la (a lei) pela análise dos fatos. Na história literária romeriana, o passado é ressignificado pelas perspectivas do presente, com vistas à construção de um novo futuro. Este futuro, porém, não é tão indefinido, como em uma determinada forma de conceber a concepção moderna de história⁵: ele redundará na confirmação de um princípio já conhecido no presente, e cujo passado teria deixado de herança, a saber, a preponderância da origem branca. Ao afirmar este ponto de vista monolítico, a história de Romero desautoriza uma completa independência do futuro em relação ao passado, posto que a experiência do devir é antecipada pela égide da inevitável determinação.

A identidade nacional brasileira, no mundo das letras, é forjada a partir de uma referência a algo definido de fora, não apenas exterior, como superior, respaldado pela escala de valores admitida no conceito de Civilização⁶. A inclusão do critério racial no argumento histórico de Romero confirma a ideia de progresso contida em seu argumento, pois a teoria do branqueamento expõe a diferença superior do futuro em relação ao presente. Trata-se de uma condição inevitável, capaz de comprovar uma hipótese primeira, definida no presente inaugurado por ele e por geração, a geração de 1870: um presente moderno que se define pela atualização ante a crítica moderna vinda de fora, isto é, com o repertório científico europeu; mas também em acordo com a particularidade nacional, isto é, a condição miscigenada do caráter brasileiro, fadada ao fim pelo próprio fluxo do tempo, pela própria predominância da raça branca, tida como superior e mais civilizada.

2. Machado e a crítica a apreensão do moderno pela nova geração de 1870

Quando Machado de Assis publicou pela primeira vez o texto “A nova geração”, na edição de dezembro de 1879 da *Revista Brasileira*, ele já era um romancista bastante

5 Sobre a noção de “futuro aberto” característica da concepção moderna do conceito de história, ver KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa” In *Futuro passado: Contribuição à semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

6 Sobre a história do conceito moderno de civilização e a relação com a ideia de progresso, ver: STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização – ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

conhecido por seus contemporâneos, ainda que sem a mesma notoriedade da década de 1880, conhecida a partir da publicação de *Memórias Póstumas de Bras Cubas* (1883). Até 1879, Machado publicara os seus quatro primeiros romances: *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Como crítico literário, no entanto, sua produção já durava cerca de vinte anos – se considerarmos como estreia a publicação n’ *A Marmota* de “O Passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, de 1858. Na década de 1860, Machado exercitou intensamente a atividade jornalística em revistas como *O Espelho*, *O Futuro* e *Revista Dramática*, mas foi no *Diário do Rio de Janeiro* que ele explorou de maneira mais regular a crônica política e a crítica de romances, poesias e textos dramáticos. Em 1873, Machado publica seu artigo de crítica mais importante até então, “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, em que apresentava um balanço crítico sobre a situação da literatura brasileira até aquele momento⁷. De alguma maneira, as questões postas em “A nova geração”, de 1879, dialogam com pontos elucidados pelo “Instinto de Nacionalidade”, publicado seis anos antes, como podemos notar nas duas passagens abaixo. A primeira, impressa no artigo de 1873:

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. [Grifo meu] (Assis, 1962: 801)

A segunda, de “A nova geração”:

A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio; afirmar-se-á pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, mas o influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora em nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas. [Grifo meu] (Idem, 813)

7 O artigo “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade” foi publicado pela primeira vez em Nova Iorque, na edição de 24 de março de 1873, da Revista *O Novo Mundo*. O texto resultava de uma encomenda feita pelo editor do periódico, José Carlos Rodrigues. Machado dirigia-se a um público estranho ao debate letrado brasileiro, mas trazia em seu texto o acúmulo de uma produção crítica que já contava quinze anos. Há no “Instinto de Nacionalidade” um notório esforço de síntese, não só do momento literário brasileiro da década de 1870, mas de tudo o que já se produzira nas letras tupiniquins até aquele momento. Ver PINHA, Daniel *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012 e BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

Quatro temas fundamentais chamam a atenção nas duas passagens: o lugar da natureza local e do meio como manancial para inspiração poética; a lenta e gradativa conquista de uma fisionomia própria ao pensamento nacional, obra de muitas gerações que “trabalharão para ela até perfazê-la de todo”; o diagnóstico de que o influxo externo é que determina a direção do novo movimento; e o conselho para que a nova geração não deixe de lado as condições próprias ao meio brasileiro. Este último ponto é peculiarmente interessante de sublinhar, em um primeiro momento: mesmo diante de variados trabalhos que abordavam a cor local e o Brasil no Romantismo Brasileiro, desde pelo menos a década de 1830, Machado pedia para que os novos não se furtassem em considerar as condições do meio. A consideração sobre o meio, em Machado, exige uma decisão crítica dos novos, o que não significa, simplesmente, trazer assuntos nacionais para a pauta do debate letrado. Se Machado identifica no *instinto de nacionalidade* um traço distintivo fundamental das letras brasileiras – argumento do texto de 1873 – e, ao mesmo tempo, alerta para que a atual geração não se furte em considerar as condições do meio; em Machado, o problema central não era explorar o meio brasileiro, mas sim a possibilidade de tomá-lo a partir de em uma forma de ver moderna. A condição receptiva da cultura brasileira aparece em primeiro plano.

A outra independência brasileira, referida por Machado no “Instinto de Nacionalidade”, a se constituir paulatinamente por mais de uma geração, incluiria, como requisito essencial, a presença do influxo externo. O desafio principal da nova geração não seria anular a importância do *influxo externo* – nesse sentido, ele se aproxima de Silvio Romero, conforme exposto na primeira parte desse texto. Destaco, novamente, nos termos de Machado: “O influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora no nosso ambiente a força necessária a invenção de doutrinas novas.” Decerto que o “instinto” não contrapõe o “influxo”, mas complementa-o: é a face brasileira de um movimento que lhe é externo e que se traduz, é adaptado, se refaz em terras brasileiras. Esse *impulso estranho* deu a direção a movimentos anteriores ao da Geração de 1870. O impulso mantém-se e renova-se, consolidando-se como uma presença.

Do que fica dito resulta que há uma inclinação nova nos espíritos, um sentimento diverso no dos primeiros e segundos românticos, mas não há ainda uma feição assaz característica e definitiva do movimento poético. Esta conclusão não chega a ser agravo à nossa mocidade; *eu sei que ela não pode por si mesma criar o movimento e caracteriza-lo, mas sim receberá o impulso estranho, como aconteceu às gerações precedentes*. A de 1840, por exemplo, só

uma coisa não recebeu diretamente do movimento europeu de 1830: foi a tentativa de poesia americana ou indiática, tentativa excelente, se tinha de dar alguns produtos literários apenas, mas precária, e sem nenhum fundamento, se havia de converter em escola, o que foi demonstrado pelos fatos. *A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio; afirmar-se-ia pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, mas o influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas.* [Grifo meu] (Idem, 813)

Não se sabe ao certo no que dará a circulação daquele *bando de ideias novas*. Se a direção do movimento vem de fora, é de lá que se determina a sua aceleração, transformação ou esgotamento. Sem saber o que pode acontecer, a única convicção de Machado é que haverá frutos deixados por essa geração a geração que lhe suceder.

Não é possível determinar a extensão nem a pertinência do atual movimento poético. *Circunstâncias externas podem acelera-lo ou defini-lo; ele pode também acabar ou transformar-se.* Creio, ainda assim, que alguns *poetas sairão deste movimento e continuarão pelo tempo adiante a obra dos primeiros dias.* Grande parte deles hão de absorver-se em outras aplicações mais concretas. [Grifo meu] (Idem, 836)

Na perspectiva machadiana, a contínua presença do *impulso estranho* confere peculiaridade ao meio brasileiro, mas Machado não define, a partir desta presença, uma condição brasileira atrasada ao que é externo. Em Machado, a não criação não é necessariamente negativa, ao contrário, veremos em sua obra crítica a defesa do funcionamento do princípio imitativo, desde que bem executado. O fato de a direção das ideias vir de uma matriz externa não torna o pensamento além, aquém ou atrasado. Machado conta, nesse sentido, com a capacidade da cultura brasileira de apropriar-se desse *impulso estranho* e transformá-lo em contato com o meio brasileiro. O que está em jogo é um modo de compreender como a literatura, bem como a cultura brasileira em geral lidava com esse influxo externo de ideias, ou seja, como a cultura brasileira se apropria do repertório literário e intelectual que lhe é acessível no presente e no passado.

Machado ressaltava, em 1879, que não havia no ambiente intelectual brasileiro oitocentista “a força necessária para a invenção de doutrinas novas”: a cultura brasileira era essencialmente *receptiva*. Com Silvio Romero, tal inserção considera o desenvolvimento desse processo à luz do conceito de Civilização, trazendo consigo a ideia de progresso e as referências de atraso/avanço, como se pairasse sobre todos os

povos um processo comum de aperfeiçoamento contínuo. Nesse processo, e considerando as suas condições históricas, o Brasil se posicionava frente à Civilização enquanto filho empenhado em adquirir a modernidade vinda do polo avançado Civilizado, a Europa. À literatura e ao debate brasileiro caberá realizar um esforço de atualização, ante o processo que lhe era anterior e superior. Ainda que Machado admita a necessidade de assentar as ideias brasileiras no percurso ocidental, em contato contínuo com o pecúlio universal, com ele leremos a problematização e o distanciamento dessa perspectiva civilizatória, principalmente a ideia de progresso que lhe é intrínseca. O progresso, além de supor a automática superioridade do presente em relação ao passado, esvaziando o discernimento crítico do presente, porque impulsionado pelo movimento inevitável da modernidade, elimina o espaço de tensão constitutiva da experiência moderna, pois o futuro redentor, imaginado a partir do presente, elimina o polo negativo que constitui qualquer experiência histórica.

Isso não significa uma recusa de Machado ante ao sentimento moderno proposto pelos novos da década de 1870.

Falta unidade ao movimento, mas *sobram confiança e brilho*; e se as ideias trazem às vezes um cunho de vulgaridade uniforme, outras um aspecto de incoercível fantasia, *revela-se todavia esforço para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente o passado. Essa intenção é já um penhor de vitória.* [Grifo meu] (Idem, 835)

O entusiasmo da nova geração, provocado pelo sentimento de ruptura moderna com o passado, é considerado vantajoso por Machado. Há virtude nesse impulso para o novo, embora ele não seja satisfatório para dar forma e unidade ao movimento.

De envolta com isto [esgotamento do modelo romântico], ocorreu uma circunstância grave, o desenvolvimento das ciências modernas, que *despovoaram o céu dos rapazes*, que lhe deram diferente noção das coisas, *e o sentimento que de nenhuma maneira podia ser o da geração que os precedeu.* Os naturalistas, refazendo a história das coisas, vinham chamar para o mundo externo todas as atenções de uma juventude, que já não podia entender as imprecações do varão de Hus; *ao contrário, parece que um dos caracteres da nova geração intelectual terá de ser um otimismo, não só tranquilo mas triunfante.* (Idem, 810)

Para Machado, o movimento moderno só se torna pleno no meio brasileiro se admite, necessariamente, uma recepção não precipitada, se souber adequar a novidade ao sabor da reflexão ponderada, isto é, se as novas ideias vindas de fora não se deixarem dirimir pela pressa. Machado alerta para o perigo do deslumbramento apático, do otimismo bobo que retira a possibilidade de reação intelectual diante desse cientificismo moderno: eis o risco principal que corre a nova geração brasileira da década de 1870, ao absorver

o novo repertório científico moderno. A recepção apressada do “influxo externo” invalida a capacidade crítica e, por conseguinte, anula a condição brasileira, notadamente receptiva, de realizar uma readequação das ideias. O desenvolvimento de um novo repertório científico moderno – associado a categorias como “darwinismo”, “positivismo”, “spenciarismo”, “liberalismo” – criou, na nova geração brasileira, a necessidade de estabelecer uma ruptura ante o passado, isto é, já não seria possível pautar as questões nacionais que lhes eram caras a partir das referências românticas. Houve a necessidade de ordenar as coisas sob outros prismas e Machado não vê problemas nisso, realçando a possibilidade de renovação contínua do pensamento humano, submetida à dinâmica do tempo. O que Machado põe em xeque é uma recepção passiva desse repertório e a transformação da cultura brasileira em laboratório dessas teorias. O problema estaria numa posição confortável dos letrados ante a adesão ao novo, geradora de um otimismo apático. Desse modo, Machado de Assis colocará uma interrogação em um pressuposto caro, não só à apropriação brasileira, mas à própria matriz europeia que lhe precede: a ideia de progresso.

Não por acaso, Machado utilizou, em “A nova geração”, a produção letrada de Silvio Romero como exemplo síntese desse modo apressado de apreensão e recepção do novo.

Não se contendo em apresentar apenas a divergência o Sr. Silvio Romero examina uma por uma das bandeiras hasteadas, e prontamente as derruba; nenhuma pode satisfazer as aspirações novas. A revolução foi parca de ideias, o Positivismo está acabado como sistema, o Socialismo não tem sequer o sentido altamente filosófico do Positivismo, o Romantismo transformado é uma fórmula vã, finalmente o idealismo metafísico equivale aos sonhos de um histérico; eis aí o extrato de três páginas. (Idem, 812)

Positivismo, romantismo, socialismo, idealismo metafísico, todos se transformam em fórmulas vãs, se examinadas sob a leitura romeriana. A Machado incomoda a pressa, pressa moderna, leitura apressada. Se a mudança é uma necessidade vital, a mudança apressada é retrocesso. O ato de refutar o presente ou querer romper com o passado não é suficiente. Tampouco, a relação entre obra literária e espírito de um tempo pode ser reverenciada como novidade máxima da época; não há nada de novo em um raciocínio como este, que prima pela obviedade.

Não é outro o ponto controverso, e depois de ter refutado todas as teorias, o Sr. Silvio Romero conclui que a nova intuição literária nada conterà dogmático, - será um resultado do espírito geral da *crítica* contemporânea. Esta definição, que

tem a desvantagem de não ser uma definição estética, traz em si uma idéia compreensível, assaz vasta, flexível, e adaptável a um tempo em que o espírito recua os seus horizontes. Mas não basta à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo; e sem cair no dogmatismo, era justo afirmar alguma coisa mais. Dizer que a poesia há de corresponder ao tempo em que se desenvolve é somente afirmar uma verdade comum a todos os fenômenos artísticos. Ao demais, há um perigo na definição deste autor, o de cair na poesia científica, e, por dedução, na poesia didática, aliás inventada por Lucrecio. (Idem, 813)

O argumento crítico-moderno romeriano representa para Machado a síntese de um sentimento meramente juvenil e destruidor que move, não apenas parte da nova geração brasileira de 1870, mas renova uma condição juvenil ao pensamento brasileiro, como se ele estivesse fadado a ser jovem em toda a sua trajetória. A remissão à juventude de ideias feita dessa maneira se converte em estagnação e incapacidade de crescimento.

3. Presença do influxo externo e ideias em desencaixe

Cada um à sua maneira, Silvio Romero e Machado de Assis, enfatizaram a importância da presença do influxo externo, especialmente europeu, no pensamento moderno brasileiro, sem, no entanto, inibir a força do princípio seletivo brasileiro ante o novo repertório europeu. Eles acentuam, assim, o papel do contexto de experiência na reformulação das novas teorias, com a diferença que Romero destaca a necessidade de atualização em face da marcha civilizada e Machado ressalta a importância de incorporar o acúmulo brasileiro legado pelo Romantismo e a recusa da ideia de progresso, enquanto possibilidades de uma leitura crítica moderna. Ou seja, tanto Romero quanto Machado assumem para as suas formulações sobre o moderno, inserido no debate da nova geração da década de 1870, a necessidade do confronto entre repertório Ocidental/europeu e experiência brasileira. Esta *necessidade do confronto* adquire um sentido mais amplo se apreendida à luz do procedimento analítico que Elias Palti chamou, contemporaneamente, de “história-das-ideias-das-ideias-fora-do-lugar” (Palti, 2007: 306): as ideias estão sempre fora do lugar porque, em uso, parcialmente desencaixadas de seu contexto matricial de enunciação. A questão deixa de ser a busca de uma aplicação coerente das ideias em seus lugares, para a admissão da lógica do desvio, ampliada a qualquer lugar ou situação histórica.

Está em xeque a noção de *ideia fora do lugar*, conforme proposta, por exemplo, pelo crítico literário brasileiro Roberto Schwarz, que reitera interpretações que

ressaltam o atraso brasileiro⁸. O trecho abaixo nos ajuda a entender como Schwarz concebe a ideia fora do lugar enquanto chave-explicativa para compreensão do descompasso do pensamento brasileiro no século XIX.

Cada um a seu modo, estes autores [brasileiros do século XIX] refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica diferente da europeia (...)

Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Frequentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso. (Schwarz, 2000:12-3)

Como indica o título do seu ensaio, Schwarz ressalta a incoerência marcante do pensamento brasileiro oitocentista, que usa o repertório de ideias liberais europeias em um contexto de experiência escravista. Liberalismo e escravidão seriam incompatíveis, e seu convívio no contexto brasileiro revela a impropriedade do pensamento brasileiro. Há, notadamente, a preocupação em situar o Brasil na lógica do sistema capitalista universal; ou melhor, o posicionamento do pensamento brasileiro enquanto periferia do capitalismo. Não por acaso, o livro de onde se extrai a famosa introdução – *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, de 1977 – é pensado por Schwarz em conjunto com outro, publicado treze anos depois, cujo título também diz muito: *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*⁹. A condição periférica brasileira impõe, não só diferenças, mas distorções na circulação das ideias – “uma comédia ideológica diferente da Europa”, nos termos do autor. Em suma, há um princípio de incoerência no pensamento brasileiro: *aqui as ideias estariam sempre fora do lugar*, pois a importação seria artificial e inconsistente.

8 Uma interpretação relevante que se insere no chamado paradigma do atraso é a de Luiz Costa Lima, em seus diversos livros e artigos, com destaque para: COSTA LIMA, Luiz. “A teoria da literatura entre nós”. *Floema* – Ano II, n. 2 A, p. 33-40, out.2006. COSTA LIMA, Luiz. “Machado: mestre de capoeira” In SECCHIN, Antonio Carlos (org) et all. *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998. COSTA LIMA, Luiz. *Trilogia do controle: O controle do Imaginário; Sociedade de discurso ficcional; O fingidor e o censor* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

9 Nas palavras de Schwarz, na introdução deste livro: “A metade inicial deste estudo foi publicada separadamente, em 1977, com título *Ao vencedor as batatas*. Embora um livro seja a continuação do outro, tratei de os escrever de modo a lhes dar independência. Ainda assim, se não é pedir demais, estou seguro de que ambos ganham em ser lidos juntos.” In SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 12.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. (Idem, 29)

Por um lado, ele reconhece a impropriedade como problema a ser explorado pelos estudos literários, ressaltando a existência de uma peculiaridade brasileira, em confronto com as suas condições de experiência. Por outro, a distorção entre conceito/experiência é vista como negativa e sinal máximo do atraso brasileiro: a condição periférica poria o Brasil em situação desvantajosa em relação à Europa. É desse modo que Schwarz explica o lugar de Machado de Assis enquanto *mestre da periferia* do capitalismo¹⁰. Machado de Assis é anômalo em relação a seus contemporâneos *dependentes*, justamente por conseguir ter a lucidez de um *mestre* em um contexto amplamente desvantajoso.

A ‘periferia do capitalismo’ é um termo tomado à reflexão social moderna e faz pensar em *condições de precariedade que nos atingem a todos*. Pois bem, Machado de Assis chegou a ser um grande mestre a partir dessas mesmas *condições desvantajosas*. (Schwarz, 1999: 220)

Para Schwarz, o pensamento brasileiro estaria em *defasagem* em relação ao centro europeu, pelo *descompasso* entre conceito e experiência que lhe qualifica. Eis o ponto elucidado por Palti que contribui decisivamente para a análise do debate brasileiro sobre o moderno na década de 1870: para o historiador argentino, o deslocamento entre conceito/experiência histórica não é uma particularidade brasileira, tampouco evidencia seu atraso, pois o desvio constitui a história de qualquer conceito em seu uso. A pergunta a ser colocada aqui é se o desajuste seria característica negativa reveladora do atraso brasileiro, impondo aos brasileiros a condição de *condenados, a carregar o seu passado colonial como fardo*; ou se é justamente esse desencaixe que qualifica qualquer relação entre conceito e experiência, se o conceito estiver sendo pensado em sua articulação com os modos de circulação e apropriação social¹¹. Para Palti, uma leitura tradicional da história das ideias latino-americanas – como a concepção schwarziana de

10 “Um mestre na periferia do Capitalismo” (entrevista). In SCHWARZ, Roberto. *Sequencias brasileiras* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 220-6.

11 Nesse sentido, Palti estabelece estreito diálogo com os historiadores da chamada Escola de Cambridge, em especial John Pocock e Quentin Skinner. A esse respeito, ver PALTÍ, Elias. “La nueva historia intelectual y sus repercusiones em America Latina” In *História Unisinos* 11(3) 297-305, Setembro/Dezembro, 2007, 298-300.

ideias fora do lugar – cobra das ideias americanas que elas apliquem corretamente a matriz conceitual que lhe é estranha. Procedendo desse modo, encontrará sempre contradições, posto que as particularidades das experiências históricas nunca possam satisfazer à universalidade dos princípios conceituais (Palti, 2007: 290). O contexto de experiência apareceria, nesse sentido, como lugar da aplicação desses princípios, considerando apenas os conteúdos semânticos do discurso, não o funcionamento deles em seus usos.

Desde la perspectiva exclusiva de los contenidos semánticos de los discursos, entre ‘ideias’ y ‘realidad’, entre ‘texto’ y ‘contexto’, solo existiría una relación mecánica externa. El ‘contexto’ aparece aquí solo como una especie de escenario exterior para el despliegue de las ideas (que conforman el ‘texto’). Entre uno y otro nivel no hay aún verdadera interpenetración. (Idem, 291)

Palti requisita das ideias que elas estejam em contínuo confronto com o contexto de experiência, sem que sejam compreendidas exclusivamente por seu conteúdo semântico e referencial, admitindo perfurações em função dos usos e atribuições que lhes são conferidos socialmente. São fundamentais para Palti, nesse sentido, as condições de apropriação, circulação e articulação dos discursos em ação; ou seja, o contexto americano oitocentista produziu, em suas condições de experiência, usos específicos de conceitos como liberalismo e de modernidade, em atendimento a necessidades próprias e diversas das da Europa, o que não implica em demérito, atraso ou explicação histórica para o subdesenvolvimento americano.

A questão deixa de ser a busca de uma *aplicação coerente das ideias em seus lugares*, para a admissão da lógica do desvio. Essa lógica já aparece no horizonte de expectativas de homens de letras como Machado de Assis e Silvio, conforme pudemos ler nessas linhas. O que aparecia em Schwarz como condição do atraso brasileiro em relação à Europa – expressão de sua condição periférica – se converte, em Palti, em regra universal para explicar a ambivalente relação entre conceito e experiência: as ideias estão sempre fora do lugar porque, em uso, estão sempre parcialmente desencaixadas de seu contexto matricial de enunciação.

A la historia de las ‘ideas parcialmente desencajadas’ cabe definirla como una suerte de historia de las ‘ideas de las ideas-fuera-de-lugar’, una historia de un segundo orden de ideas, en fin, una historia de los lenguagens y sus modos de articulación, circulación y apropiación social. Y también de los inevitables desfases que estos generan. (Idem, 306)

Ao ressaltar, em “A nova geração”, *a contínua presença do influxo externo europeu* como traço característico do pensamento brasileiro oitocentista – não só do movimento da nova geração de 1870, mas de outros que lhe antecederam – Machado eleva a necessidade do letrado brasileiro em empreender um procedimento crítico-receptivo. Em outras palavras: se a direção das novas ideias reconhecidamente vem de fora – do outro lado do Atlântico – tal distinção não implica desmerecimento ou atraso, mas sim a elevação, a primeiro plano, da tarefa da recepção. Para Machado, eis o calcanhar de Aquiles dos novos de 1870: na capacidade deles empreenderem um tipo de recepção que não apenas use o Brasil a serviço da comprovação do novo repertório científico, mas que o confronte, levando em conta as particularidades do meio brasileiro. Esse é um ponto que parece claro também a Romero, ainda que para ele seja mais importante realizar a tradução e atualização do repertório científico moderno. A busca por um princípio de coerência entre conceito e experiência inibe o cerne de uma disputa que é, sobretudo, uma disputa em torno da recepção crítica do moderno.

Referências bibliográficas

ASSIS, J. M. Machado de. *Obra completa* Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1962, 3 v.

PALTI, Elias José. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira* Rio de Janeiro: Garnier, 1902, 2 vols.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Liv. Duas Cidades/ Editora 34, 2000.